RPPI
Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais

Partisan ideology and public procurement during the pandemic: evidence from Brazilian states in the context of Bolsonarist federalism

Ideologia partidária e compras públicas na pandemia: evidências dos estados brasileiros no contexto do federalismo bolsonarista

Ednaldo Tavares Rufino Filho[1]
Sergio Simoni Júnior[2]

DOI:10.22478/ufpb.2525-5584.2026v11n1.69681

Received: 15/03/2024
Approved: 15/10/2026

Abstract: Drawing on the political context of Bolsonarist federalism and grounded in partisan government theory, this study examined whether the partisan ideology of state governors and their political alignment with President Jair Bolsonaro were associated with differences in public procurement carried out to address the COVID-19 pandemic in 2020 and 2021. A quantitative research design was employed, combining descriptive exploratory data analysis with bivariate analyses to examine associations between the variables of interest. In the health sector, opposition and left-wing state governments recorded the highest procurement volumes, although the differences associated with partisan ideology did not reach conventional levels of statistical significance. In education, the highest procurement volumes were observed among centrist governors and those classified as neutral toward the Bolsonaro administration. In public security, right-wing governments aligned with the president registered the highest procurement volumes, though the observed differences likewise fell short of statistical significance at thresholds conventionally adopted in the social sciences. Taken together, the findings suggest that political cleavages were associated with distinct public procurement patterns during the pandemic, in a heterogeneous fashion across the sectors examined. These results indicate that, in high-magnitude public health crises, partisan cleavages may exhibit limited explanatory power,

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: ednaldorufino@hotmail.com
[2] Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: sergiojr_ssj@yahoo.com.br

pointing to the possible influence of other factors such as installed state capacities and the sector-specific characteristics of different policy domains.

Keywords: Public Procurement; Pandemic; Covid-19; PartyIdeologies; Bolsonarist Federalism.

Resumo: A partir do contexto político do federalismo bolsonarista e com fundamento na teoria do governo partidário, este trabalho analisou se a ideologia partidária dos governadores e o alinhamento político dos governos estaduais com o presidente Jair Bolsonaro estiveram associados a diferenças nas compras públicas realizadas para o enfrentamento da pandemia da Covid-19 nos anos de 2020 e 2021. Foi realizada uma pesquisa quantitativa baseada em análise exploratória descritiva dos dados e análises bivariadas para examinar associações entre as variáveis investigadas.Na saúde, governos de oposição ao presidente Bolsonaro e governos de esquerda apresentaram os maiores volumes de compras públicas, embora as diferenças associadas à ideologia partidária não tenham alcançado os níveis convencionais de significância estatística. Na educação, os maiores volumes de compras foram observados entre governadores de centro e entre aqueles classificados como neutros em relação ao governo Bolsonaro. Já na segurança pública, governos de direita e alinhados ao presidente registraram os maiores volumes de compras, ainda que as diferenças observadas também não tenham alcançado significância estatística nos níveis tradicionalmente adotados pelas Ciências Sociais. Em conjunto, os resultados sugerem que as clivagens políticas estiveram associadas a padrões distintos de compras públicas durante a pandemia, de forma heterogênea entre os setores analisados. Tais achados indicam que, em contextos de crise sanitária de elevada magnitude, as clivagens partidárias podem apresentar capacidade explicativa limitada, sugerindo a possível influência de outros fatores como capacidades estatais instaladas e características específicas das diferentes áreas de políticas públicas.

Palavras-chave: Compras Públicas; Pandemia; Covid-19; Ideologias partidárias; Federalismo bolsonarista.

1. INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 suscitou amplo debate acadêmico sobre a atuação do governo federal brasileiro na coordenação da resposta à crise sanitária. Diversos estudos apontam que o presidente Bolsonaro se omitiu de suas responsabilidades de liderança e coordenação nacional, ao mesmo tempo em que buscou, reiteradamente, desestabilizar, enfraquecer ou anular decisões adotadas por autoridades estaduais e municipais (Abrucio et al., 2020). Esse

comportamento foi caracterizado por Knaul et al. (2021) como *punt politics*, estratégia pela qual a autoridade máxima do país, por meio de ações e omissões, procura transferir ou evitar responsabilidades relacionadas ao enfrentamento da crise.

Além disso, observou-se que, mundialmente, houve uma divisão entre negacionistas e "defensores da ciência", e que, nesse contexto, o governo Bolsonaro se destacou ao adotar o negacionismo como política (Duarte & César, 2020). A gestão da pandemia no governo Bolsonaro foi marcada por um discurso que minimizava o risco da Covid-19, desacreditava as medidas de intervenção não farmacêuticas adotadas pelos governadores e prefeitos, bem como defendia a prescrição *off label* de medicamentos sem eficácia comprovada (Caponi et al., 2021; Vazquez & Schlegel, 2022).

Como consequência do *Punt politcs*, os entes subnacionais estaduais tornaram-se protagonistas das ações de enfrentamento (Santana & Perez, 2020). Ainda que se costume ressaltar os embates entre o presidente e os governadores tomados em seu conjunto, as ações adotadas pelos chefes dos executivos estaduais foram bastante heterogêneas (Schaeferet al., 2020; Pereira et al., 2020), por exemplo, na rigidez das regras de isolamento social, no fechamento das escolas e nas restrições ao comércio.

Estudos identificam que as heterogeneidades de políticas públicas no enfrentamento da pandemia da Covid-19 podem ser explicadas por fatores políticos (Bennouna et al., 2021; Knaulet al., 2021). Por exemplo, Knaul et al. (2021, p. 5), ao buscar explicações para algumas variações de políticas entre Brasil e México e entre estados e províncias desses países, observaram que "a inclinação política dos governadores estaduais pode explicar algumas das variações observadas entre os estados, o que fornece evidências de uma pandemia partidária" (tradução nossa).

Dessa forma, no contexto de polarização ideológica presente no debate sobre as medidas de enfrentamento à Covid-19, bem como de conflito entre o Presidente da República e alguns governadores quanto à aquisição de vacinas,

medicamentos e isolamento social, etc., torna-se importante estudar os efeitos das ideologias políticas nas ações de combate à pandemia.

A Covid-19 é um fator exógeno comum aos entes federativos subnacionais que exige atendimento de demandas semelhantes. Assim, questiona-se qual foi o papel da ideologia e de clivagens políticas nas decisões de compras públicas relacionadas ao combate à Covid-19 no Brasil. A ideologia partidária dos chefes dos executivos estaduais ou o alinhamento com Bolsonaro estiveram associados a diferenças nas escolhas de compras públicas para enfrentamento da pandemia da Covid-19?

Com isso, objetivou-se investigar a associação entre as ideologias partidárias dos governadores e os padrões de compras públicas realizadas pelos estados para o enfrentamento da pandemia da Covid-19. Esse recorte buscou delimitar o objeto empírico da pesquisa, concentrando a análise nas despesas relacionadas às compras públicas e afastando os gastos com pessoal (salários, aposentadorias, pensões e encargos), que, em regra, apresentam elevada rigidez orçamentária e representam parcela significativa das despesas dos entes subnacionais. Ademais, a pesquisa procurou contribuir para o preenchimento de uma lacuna identificada por Gomes e Melo (2021) acerca da forma como governos estaduais respondem a decisões críticas em contextos de crise sanitária, fiscal, social e econômica.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Federalismo bolsonarista

O arquétipo da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e os arranjos dos sistemas nacionais de políticas públicas sociais estruturam o federalismo brasileiro em um modelo cooperativo (Franzese, 2010). Assim, o Brasil possui um sistema federativo assentado na lógica da descentralização e compartilhamento de atribuições entre entes federados autônomos. Esse desenho combina a autonomia dos entes com a coordenação intergovernamental para enfrentar os desafios das diversidades inerentes ao federalismo brasileiro (Grin, 2019; Souza, C. 2019; Grin, 2021).

Todavia, esse padrão cooperativo foi rompido com a chegada de Bolsonaro ao poder embalado em uma plataforma de extrema-direita. As características e a estrutura do federalismo brasileiro foram abaladas a partir de decisões unilaterais do Presidente da República, iniciadas em 2019 e que se intensificaram com a pandemia (Abrucio et al., 2020; De Paiva et al., 2022).

A crise de saúde pública decorrente da Covid-19 evidenciou uma forte tensão entre o arquétipo federativo previsto no texto constitucional e a realidade observada no país (Fleury, 2021). Isso porque o governo Bolsonaro adotou uma estratégia de coordenação conflitiva e marcada pelo negacionismo, que desestabilizou o modelo federativo brasileiro e impactou as políticas públicas de enfrentamento à pandemia (Abrucio et al., 2020). Nesse contexto, os estados emergiram como protagonistas das ações de combate à Covid-19 (Santana & Perez, 2020). Contudo, as respostas adotadas pelos entes estaduais foram heterogêneas, o que pode ter contribuído para resultados subótimos e efeitos negativos sobre a efetividade das políticas implementadas.

2.2. Compras públicas na pandemia

Após a OMS declarar que o surto da Covid-19 se constituía em uma ESPII, promoveu-se um conjunto de medidas administrativas e legais para combater a emergência no Brasil. Nesse contexto, o universo das compras públicas foi impactado diretamente pelos efeitos da pandemia do novo coronavírus. Para fins do presente estudo, "compras públicas podem ser consideradas como processos de aquisições de bens, serviços e obras por parte da administração pública ou das empresas estatais" (Thorstensen & Giesteira, 2021, p. 7). Ainda, sublinha-se que não foi focalizada a execução propriamente dita do futuro contrato público, pois o interesse aqui se deu no tocante à compreensão sobre a intenção de compras para entender a associação com a ideologia partidária.

Diante de um problema mundial de saúde pública, caracterizado pela imprevisibilidade e urgência que expuseram limitações de logística e de produção no que se refere à velocidade de entrega e de disponibilidade do

objeto pretendido (Comisión Europea, 2020), o Congresso Nacional disponibilizou ferramentas mais céleres com o intuito de atingir resultados necessários ao atendimento da exponencial demanda por bens e serviços (Niebuhr, 2020).

Com efeito, por meio da Lei n.° 13.979/2020 e de diversas medidas provisórias, o rito procedimental tradicional de compras públicas foi reduzido e simplificado, sendo instituído um regime emergencial transitório de compras públicas (Niebuhr, 2020). Tratava-se de norma temporária, visto que sua vigência estava atrelada ao Decreto Legislativo n.° 6, de 2020, que reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020. Como a retrocitada norma não teve seus efeitos prorrogados, foram necessários novos atos normativos para embasar processos de contratações mais sumários, como a Lei n.° 14.217/2021 e a Lei n.° 14.124/2021.

A existência de legislação nacional que pode ser aplicada por todos os entes subnacionais restringe as causas que justificam a falta de harmonização e homogeneização dos investimentos públicos em resposta à Covid-19, por meio das contratações públicas. Na verdade, indica que outros fatores, além dos normativos e procedimentais, devem explicar as divergências existentes nas aquisições de bens e contratações de serviços e obras.

Desse modo, o estudo verificou os gastos em diversas políticas setoriais (saúde, educação, segurança e outras) por meio das compras governamentais, que sofrem menos restrições de escolha que os níveis gerais da execução orçamentária.

2.3. Teoria do Governo Partidário

Entre os possíveis fatores explicativos, há uma vasta literatura que sustenta que os atores políticos pautam suas ações na ideologia dos seus partidos (Hibbs, 1992; Boix, 1998). De acordo com a teoria do governo partidário (também conhecida como teoria partidária), os partidos políticos possuem projetos distintos e promovem políticas públicas conforme suas próprias concepções, bem como implementam políticas públicas que favorecem seus eleitores centrais (Hibbs, 1992).

Para a teoria partidária, as decisões de políticas públicas são consistentes com as preferências de seus constituintes principais, sendo que as classes sociais mais baixas formam os constituintes centrais dos partidos de esquerda, enquanto o núcleo dos eleitores dos partidos de direita é formado pelas classes sociais mais altas (Hibbs, 1992).

Sátyro (2008), ao revisar a literatura sobre teoria do governo partidário, publicada entre 1993 e 2001, identificou controvérsia sobre as diferenças de políticas públicas em consequência das distintas ideologias dos partidos. Por isso, buscou-se, com este estudo, realizar uma revisão centrada em publicações recentes no âmbito nacional e abrangendo as três esferas de governo.

Batista (2008), ao debruçar-se em países da América Latina, identificou que governos de esquerda investem mais em políticas sociais que os demais governos. No mesmo trilhar, ao examinar os gastos da União, dos estados e dos municípios, Gomes et al. (2019) observaram que governos de esquerda gastam mais em educaçãoque governos de direita, mas ponderam que, no caso brasileiro, há elementos de construção progressiva de investimento em educação desde o governo do PSDB até o governo do PT, indicando que fatores como a democracia também influenciam no padrão de gastos.

No âmbito dos governos subnacionais brasileiros, Sátyro (2008) não aponta evidências de diferenças de gastos sociais estaduais entre 1987 e 2004, em decorrência dos partidos políticos dos governadores eleitos, e conclui que fatores como legado e restrições institucionais e econômicas são fortes preditores de políticas sociais. Alinhado aos achados da autora, Leandro (2020) não encontrou relação entre maiores gastos e partidos localizados à esquerda no espectro ideológico ao pesquisar sobre determinantes dos gastos estaduais na política de assistência social no Brasil, entre 2004 e 2014.

Em sentido contrário, Dunn (2022) identificou evidências de que partidos de esquerda gastam mais em políticas sociais progressistas quando comparados com outros partidos. No estudo, a autora analisou os gastos sociais nos governos estaduais do Brasil no período de 2002 a 2017.

Em âmbito municipal, Scheeffer et al. (2020), ao estudar os gastos públicos em assistência social nas capitais brasileiras, entre 2013 e 2016, inferem que o impacto da ideologia política é nulo. No mesmo sentido, Gerik e Codato (2020), ao examinar o gasto público nos municípios brasileiros com menos de 5 mil habitantes, entre os anos de 2001 e 2012, observaram que o governo ser exercido por um partido de esquerda, centro ou direita não é um fator de diferenciação nos gastos da educação.

A revisão da literatura indica que os diversos estudos empíricos embasados na teoria do governo partidário continuam conflitantes quanto aos achados, visto que alguns identificam evidências que a ratificam, enquanto outros apresentam resultados que a refutam. Além disso, notou-se que, em regra, cada estudo define um âmbito de governo dentro de um sistema federativo para análise, de forma semelhante ao que se propõe aqui. Entretanto, esses trabalhos analisam gastos deveras constrangidos, seja pelas despesas obrigatórias com folha de pagamento, seja pelo estabelecimento de mínimos constitucionais. O objeto do presente estudo tem menos amarras diante da maior discricionariedade das compras públicas, ainda mais se tratando de um momento pandêmico.

Assim, procurou-se, na teoria dos governos partidários, explicação quanto à diferença de gastos por meio de contratações públicas dos entes subnacionais estaduais em resposta à Covid-19 no Brasil. No entanto, o cenário partidário-ideológico brasileiro se alterou depois da eleição de Bolsonaro em 2018. Mais propriamente, o espectro ideológico se expandiu, por meio do alargamento do seu “braço” direito. Se Power (2000) diagnosticou, tempos atrás, que a direita brasileira era envergonhada, nos últimos anos, tornou-se frequente a autoidentificação de atores políticos como “direitistas” (Maitino, 2018). Não obstante, a fragilidade do enraizamento partidário de Bolsonaro e o acirramento da polarização ideológica no Brasil promoveram um grau de desestruturação do quadro partidário, fenômeno esse que foi considerado no tocante à clivagem de “alinhamento ao governo Bolsonaro” nas análises das compras públicas.

Por fim, ressalta-se que a literatura nacional baseada na teoria partidária não abrange uma conjuntura de emergência pública, como a pandemia da Covid-19, por ser um fenômeno recente, sem precedentes no século e com o qual se gerou um período crítico, por conseguinte, exigindo diversas medidas administrativas inéditas. O fator exógeno da Covid-19 teve o condão de romper com a trajetória de investimentos em compras públicas diante do realinhamento das pretensões contratuais dos órgãos públicos para atendimento das novas demandas que, no final de 2019, eram imprevistas e incalculáveis.

3. HIPÓTESES

Com fundamento na teoria do governo partidário, supõe-se que governos estaduais liderados por partidos de esquerda apresentaram maiores gastos *per capita* em compras públicas destinadas ao enfrentamento da Covid-19 nas áreas de saúde e educação do que governos liderados por partidos de centro e de direita (H1).

$H0_1$: Não existem diferenças estatisticamente significativas nos gastos *per capita* em compras públicas destinadas ao enfrentamento da Covid-19 nas áreas de saúde e educação entre governos estaduais de distintas orientações ideológicas.

Ademais, considerando a centralidade atribuída ao tema da segurança pública nos discursos e programas dos partidos de direita nas eleições de 2018, supõe-se que governos estaduais liderados por partidos de direita apresentaram maiores gastos *per capita* em compras públicas relacionadas à segurança pública do que governos de esquerda e de centro (H2).

$H0_2$: Não existem diferenças estatisticamente significativas nos gastos *per capita* em compras públicas relacionadas à segurança pública entre governos estaduais de direita, centro e esquerda.

A classificação ideológica tradicional dos partidos pode não captar integralmente as especificidades do federalismo bolsonarista, marcado por tensões e disputas políticas entre o presidente da República e os governadores. Por essa razão, além da classificação ideológica convencional,

este estudo considera o posicionamento político dos governadores perante o governo Bolsonaro, utilizando a tipologia proposta por Gomes et al. (2023), que classifica os governadores em grupos de governo, neutros e de oposição. Considerando a ênfase conferida pelo governo Bolsonaro ao fortalecimento da segurança pública, supõe-se que governos estaduais classificados como alinhados ao presidente apresentaram maiores gastos *per capita* em compras públicas relacionadas à segurança pública do que governos neutros ou opositores (H3).

$H0_3$: Não existem diferenças estatisticamente significativas nos gastos *per capita* em compras públicas relacionadas à segurança pública entre governos estaduais alinhados, neutros ou opositores ao presidente Jair Bolsonaro.

4. METODOLOGIA E ESTRATÉGIA ANALÍTICA

Para atender ao objetivo proposto foi realizada uma pesquisa de abordagem quantitativa dos dados com análise exploratória descritiva (Ramos, 2014; Kellstedt; Whitten, 2015; O' Leary, 2019).

O estudo se encontra ancorado em vasta literatura que sustenta que os atores políticos pautam suas ações na ideologia dos seus partidos (Hibbs, 1992; Boix, 1998; Batista, 2008; Gomes et al., 2019; Dunn, 2022). Em relação à classificação dos partidos brasileiros no espectro ideológico, apesar do intenso debate teórico, há elevado nível de convergência, entre os especialistas, quanto ao posicionamento dos partidos. Assim, para o estudo é despiciendo adentrar na proposição de uma metodologia de classificação dos partidos brasileiros, o que permite adotar uma proposta recentemente elaborada por especialista no assunto.

Dessa forma, foi utilizada a classificação apresentada por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023) como variável explicativa para testar as hipóteses 1 e 2. Conforme a Figura 1, os partidos dos governadores estão classificados em esquerda, centro ou direita.

Figura 1: Classificação ideológica dos partidos e estados governados conforme a ideologia

IDEOLOGIA PARTIDÁRIA	PARTIDOS	UNIDADES DA FEDERAÇÃO
Esquerda	PCdoB, PDT, PSB, PT	AP, MA[3], PE, BA, CE, PI, RN, ES
Centro	MDB, PSDB, PODE, CIDADANIA	AL, PA, RS, SP, PB[4]
Direita	DEM, NOVO, PL, PP, PSC, PSD, PSL	GO, MT, MS, MG, RJ[5], AC, RR, AM, SC, SE, RO, PR, TO[6]

Todavia compreende-se que a tradicional classificação partidária pode não captar as peculiaridades do federalismo bolsonarista, por isso foi utilizada a classificação de Gomes et al. (2023) do posicionamento político dos governadores[7] perante o governo Bolsonaro para testar a hipótese 3, conforme Figura 2.

Figura 2: Classificação de posicionamento político dos governadores perante o governo Bolsonaro

POSICIONAMENTO	UNIDADES DA FEDERAÇÃO
Governo	AC, AM, MG, MT, PR, RJ[8], RO, RR, SC, TO
Neutro	AL, PA, RS, SP, PB
Oposição	AL, AM, BH, CE, ES, MA, PA, PB, PE, PI, SP, SE

Como se menciona, com mais detalhes, na sequência, as variáveis de compras públicas foram extraídas do banco de dados da Controladoria Geral da União (CGU). Neste, os dados estão organizados em quatro dimensões conforme a área de política pública: saúde, educação, segurança pública e "outras". Salienta-se que essa última se trata de uma classificação genérica que aglutina gastos em diversas áreas como assistência social, finanças,

[3] Flávio Dino foi eleito governador do Maranhão em 2018, pelo PCdoB. Mas, em junho de 2021, filiou-se ao PSB.
[4] João Azevedo foi eleito governador da Paraíba em 2018, pelo PSB. Mas, em janeiro de 2020, filiou-se ao Cidadania.
[5] Wilson Witzel foi eleito governador do Rio de Janeiro em 2018, pelo PSC. Porém foi afastado de suas funções em agosto de 2020 por processo de *impeachment*, assumindo Cláudio Castro, filiado ao PL.
[6] Mauro Carlesse foi eleito governador do Tocantins em 2018, pelo PHS, posteriormente se filiando ao PSL. Todavia, em outubro de 2021, foi afastado de suas funções por decisão judicial, assumindo Wanderlei Barbosa Castro, também filiado ao PSL.
[7] De acordo com Gomes et al. (2023), o governador de Mato Grosso era alinhado a Bolsonaro até março de 2021.
[8] O Rio de Janeiro foi classificado como governo visto que Cláudio Castro ser o governador no maior período dos dados.

esporte, cultura, etc. Essa formatação do banco de dados da CGU é uma limitação da pesquisa por impedir análise das compras públicas de forma pormenorizada naquelas áreas.

De modo a explorar associações entre as variáveis investigadas, foram realizadas análises bivariadas. Inicialmente, verificou-se que as variáveis referentes às compras públicas *per capita* apresentavam elevada dispersão e assimetria. Além disso, o reduzido número de unidades de análise dificultou o atendimento dos pressupostos requeridos pelos testes paramétricos. Diante dessas características, optou-se pela utilização de técnicas não paramétricas. As associações bivariadas foram examinadas por meio do coeficiente Tau-b de Kendall, adequado para distribuições não normais. Para a comparação entre grupos independentes foram empregados os testes de Mann-Whitney e Kruskal-Wallis, os quais não exigem pressupostos de normalidade dos dados (Ramos, 2014).

Na Figura 3, sumarizam-se as variáveis utilizadas, suas unidades de medida e fontes.

Figura 3: Descrição das variáveis utilizadas

Variável	Unidade de medida	Fonte
Compras na Saúde *per capita*	R$ 1	Painel CGU
Compras na educação *per capita*	R$ 1	Painel CGU
Compras na Segurança per capita	R$ 1	Painel CGU
Ideologia partidária do governador	0 - Esquerda; 1 - Centro; 2 – Direita	Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023)
Alinhamento político do governador frente o governo Bolsonaro	0 - Governo; 1 - Neutro; 2 – Oposição	Gomes et al. (2023)
População estimada	Número de habitantes	IBGE
Resultado do IDEB (2019)	Índice	INEP
População em idade escolar	Unidades	IBGE
Leitos no SUS/100 mil habitantes	Unidades	Painel Síntese Covid – IBGE
Leitos UTI no SUS/100 mil habitantes	Unidades	Painel Síntese Covid – IBGE
Médicos no SUS/100 mil habitantes	Unidades	Painel Síntese Covid – IBGE
Respiradores no SUS/100 mil habitantes	Unidades	Painel Síntese Covid – IBGE
Índice epidemiológico	Mortalidade/100 mil habitantes	Ministério da Saúde

Recurso decorrente da Lei Complementar 173/2020	R$ 1	Anexo I da LC n.° 173/2020
IDHM Longevidade 2019	Índice	Atlas Br
Receita Orçamentária	R$ 1	STN
PIB 2021	R$ 1	IBGE
Efetivo de policiais	Unidades	FBSP

Além dos fatores políticos, estudos indicam que fatores econômicos podem influenciar os gastos sociais (saúde e educação) e na segurança pública (Batista, 2008; Schaefer et al., 2020; Dunn, 2022). Por isso, utilizaram-se as variáveis receita orçamentária estadual, os recursos decorrentes da Lei Complementar n.° 173/2020 (normativa que estabelece o programa federativo de enfrentamento à Covid-19) e o Produto Interno Bruto. Além disso, as desigualdades sociais entre os entes federativos poderiam influenciar nas decisões alocativas (Gerigk & Codato, 2020; Scheefer; Faveri & Silva, 2020; Dunn, 2022), por isso foram agregados dados sociais referentes à: a) população em idade escolar e ao resultado do índice de desenvolvimento da educação básica para analisar as compras na educação; e b) população estimada e ao IDHM Longevidade para estudar as compras na saúde.

As diferenças de capacidade de resposta prévia dos estados poderia ser um fator preditivo sobre os gastos na saúde (Schaefer et al., 2020). Dessa forma, foram utilizadas as variáveis: leitos no SUS/100 mil habitantes, leitos UTI no SUS/100 mil habitantes, médicos no SUS/100 mil habitantes e respiradores no SUS/100 mil habitantes. Além disso, compreende-se que o crescimento do número de mortes poderia influenciar a decisão do governador de realizar mais compras governamentais, outrossim, também foi inserida a variável de índice epidemiológico referente à mortalidade/100 mil habitantes para estudar as compras na saúde.

Quanto às compras na segurança pública, foram inclusas, no estudo, as variáveis da população estimada, efetivo de policiais civis e militares e a receita estadual orçamentária de forma semelhante ao estudo de Santos, Gontijo e Amaral (2015).

Diante dos objetivos aos quais o trabalho se propunha, em dezembro de 2021, foram extraídos dados das contratações públicas das unidades

federativas estaduais do painel gerencial "Contratações relacionadas à Covid-19", desenvolvido pela Controladoria Geral da União (CGU)[9] e que contém levantamento de informações de compras públicas relacionadas ao enfrentamento da pandemia causada pela Covid-19 e que foram realizadas com fundamento legal no regime emergencial de compras públicas.

O painel tem por escopo acompanhar as despesas realizadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em relação aos processos de contratação que visavam à aquisição de bens, insumos e contratação de serviços relacionados ao enfrentamento da pandemia. O levantamento das informações do painel foi realizado a partir de informações divulgadas pelos entes federativos na imprensa oficial e portais de transparência (CGU, 2020). No que se refere às demais variáveis, foram extraídas dos bancos de dados citados na Figura 3.

Os dados extraídos foram armazenados em planilha eletrônica do *Microsoft Office Excel® 2010*, com dupla digitação, contendo a codificação e um dicionário de todas as variáveis. Posteriormente, os dados foram importados para o *software Statistical Package for the Social Sciences* versão 21.0 (*SPSS Statistics V 21*) a fim de ser empregada estatística descritiva.

Por derradeiro, as informações constantes no painel são de dados divulgados a partir de março de 2020 (CGU, 2020). Dessa forma, a pesquisa possui uma limitação visto que não alcança o período inicial de vigência do regime emergencial de contratação pública (Lei n.º 13.979/2021), que ocorreu a partir de 6 de fevereiro de 2020. Portanto, o período de análise é de março de 2020 (quando os dados divulgados pelos estados passaram a ser coletados para o banco de dados utilizado) até dezembro de 2021 (marco temporal da extração dos dados pelo pesquisador).

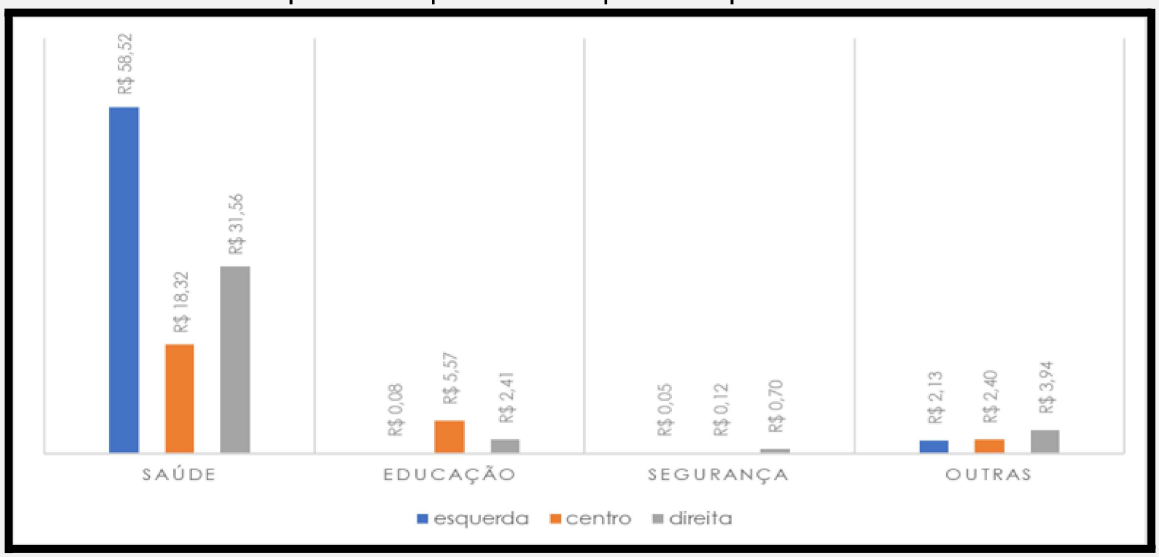
[9]Disponível em: https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/07/cgu-lanca-painel-para-dar-transparencia-a-contratacoes-relacionadas-a-covid-19. Acesso em: 20 dez. 2021.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. Teoria do Governo Partidário

Assentado na teoria partidária, apresenta-se o exame quanto à proposição que governos estaduais de esquerda gastaram mais em saúde e educação que governos de direita por meio das compras públicas de combate à Covid-19. Para isso, realizou-se uma análise comparativa dos gastos *per capita* via compras governamentais desagregados por áreas de políticas públicas e aglutinados pelo posicionamento ideológico do partido do chefe do Executivo estadual. Assim, ilustra a Figura 4.

Figura 4: Valores per capita de compras públicas dos estados e a ideologia partidária por área de políticas públicas



Extrai-se da Figura 4 que os gastos *per capita* dos governos da esquerda na área da saúde foram 46% superiores aos dos governos de direita e 69% maiores que os governos de centro. Ademais, os governantes do centro possuíam preferência pelo investimento na área da educação; e os de direita, na segurança pública. Assim, à primeira vista, obtiveram-se indícios de que havia associação entre as variáveis tal como preconizado pela teoria.

No entanto, ao realizar o teste de Kruskal-Wallis, não se encontrou diferença significativa entre as medianas nas compras públicas na saúde conforme ideologia [X^2 (2) = 4,125; p=0,12]. Apesar disso, na continuidade

deste texto, demonstra-se que foram identificadas diferenças, mas, talvez, devido ao baixo N, não foi possível ter segurança quanto à não aleatoriedade dessas diferenças (ou quanto ao fato de serem diferenças sistemáticas). Por outro lado, a partir do teste de Kruskal-Wallis, foi encontrada diferença significativa na educação [X^2 (2) = 6,912; p=0,03] e segurança pública [X^2 (2) = 4,821; p=0,09].

Em tal perspectiva foi preciso analisar os dados em conjunto com outros possíveis fatores explicativos. Com relação à saúde, um determinante importante foram as capacidades instaladas existentes nos estados, pois entes com menores recursos prévios podem ter necessitado efetuar maiores compras.

Na Tabela 1, apresenta-se o resultado do teste de correlação Tau-b de Kendall entre disponibilidade prévia de médicos e leitos de UTI no SUS, em dezembro de 2019. Nesse sentido, observou-se que a correlação foi negativa, moderada e significativa para compras em saúde e quantidade de médicos (t= -,428**); e que a correlação foi negativa, fraca e significativa em compras na saúde e quantidade de leitos de UTI SUS (t = -,286*).

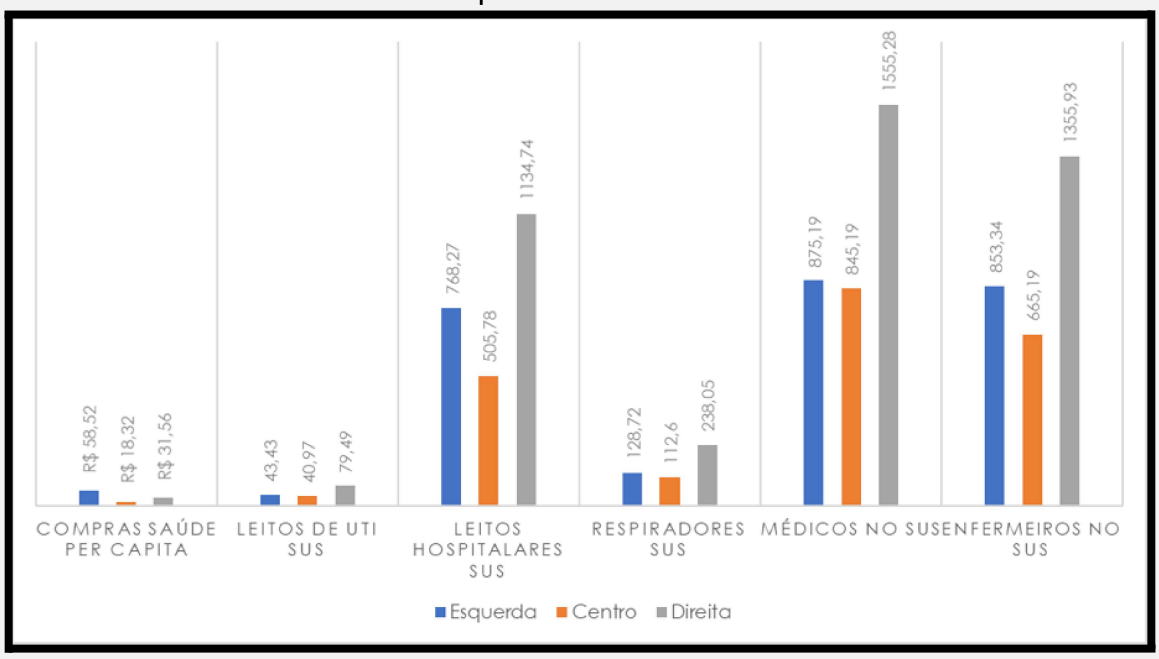
Tabela 1: Teste de correlação de Tau-b de Kendall entre compras na saúde e médicos no SUS e Leitos UTI no SUS

Variável	Médicos no SUS por 100 mil habitantes	Leitos UTI no SUS por 100 mil habitantes
Compras na Saúde **per capita**	-0,428**	-0,286*

Notas: * A correlação é significativa ao nível 0,05; ** A correlação é significativa ao nível 0,01

Esse resultado permite considerar que as compras públicas em saúde estiveram associadas às condições estruturais dos estados no período pré-pandemia, pois, quanto mais precária a estrutura, maior a necessidade de investimento. A Figura 5 indica dados de capacidades prévias por ideologia:

Figura 5: Valores per capita de compras públicas dos governos e capacidade instalada por 100 mil habitantes

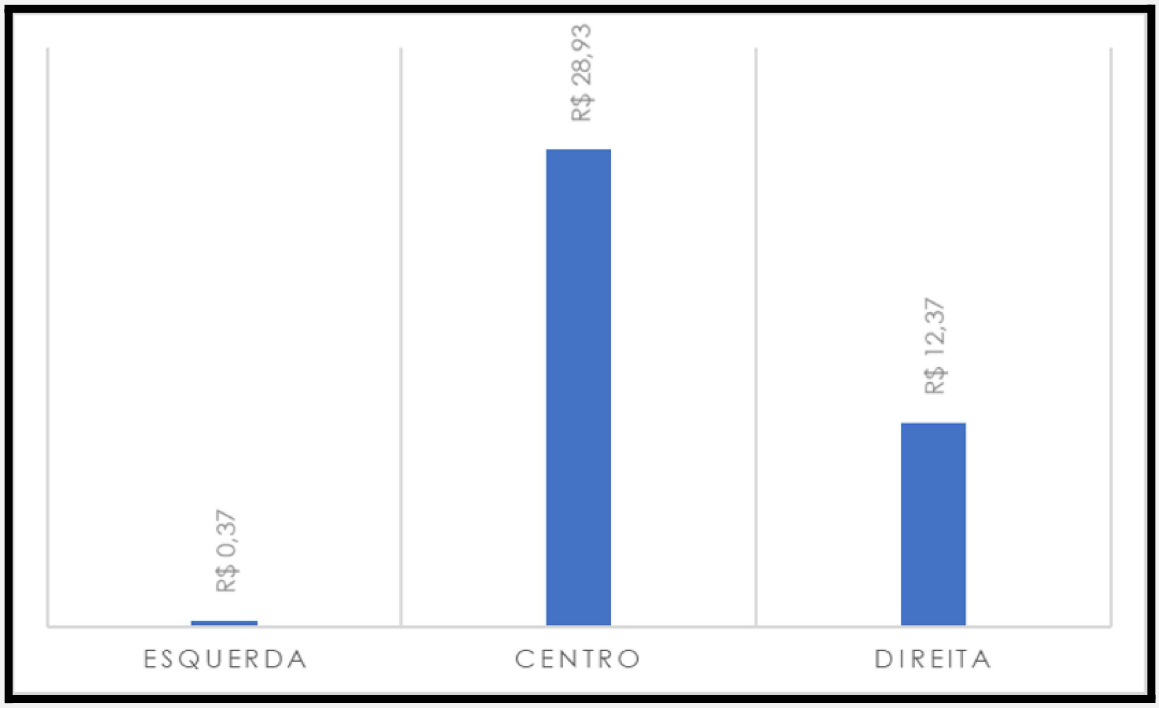


A Figura 5 permite verificar que os governantes da direita possuíam melhor capacidade prévia instalada que os da esquerda. Logo, conforme a comparação entre esquerda e direita, há indicativo que as compras públicas na saúde possivelmente ocorreram associadas às condições estruturais dos estados: os governadores de estados com menor capacidade instalada realizaram maior investimento na saúde, ressaltando a importância do legado das políticas públicas. Todavia chama atenção o fato que a capacidade prévia do centro era inferior, e mesmo assim os governantes realizaram menores compras públicas *per capita*, o que indica a possibilidade de existência de outros fatores explicativos.

No que se refere à área da educação, ancorado na teoria da ideologia partidária de que governos de esquerda investem mais recursos na formação de capital humano (Boix, 1997) e que a orientação política de esquerda apoiava mais o isolamento social (Ramos et al., 2020) nessa conjuntura, era esperado que houvesse forte investimento em recursos digitais para aulas remotas, dessa forma, garantindo a proteção à vida sem renunciar à formação educacional das crianças e jovens. Para refinar a análise, compararam-se os

dados de compras em educação por ideologia ponderados pela população em idade escolar, bem como se verificou se existia associação com o IDEB 2019 e o PIB 2021.

Figura 5: Valores de compras na área de educação per capita da população em idade escolar por ideologias

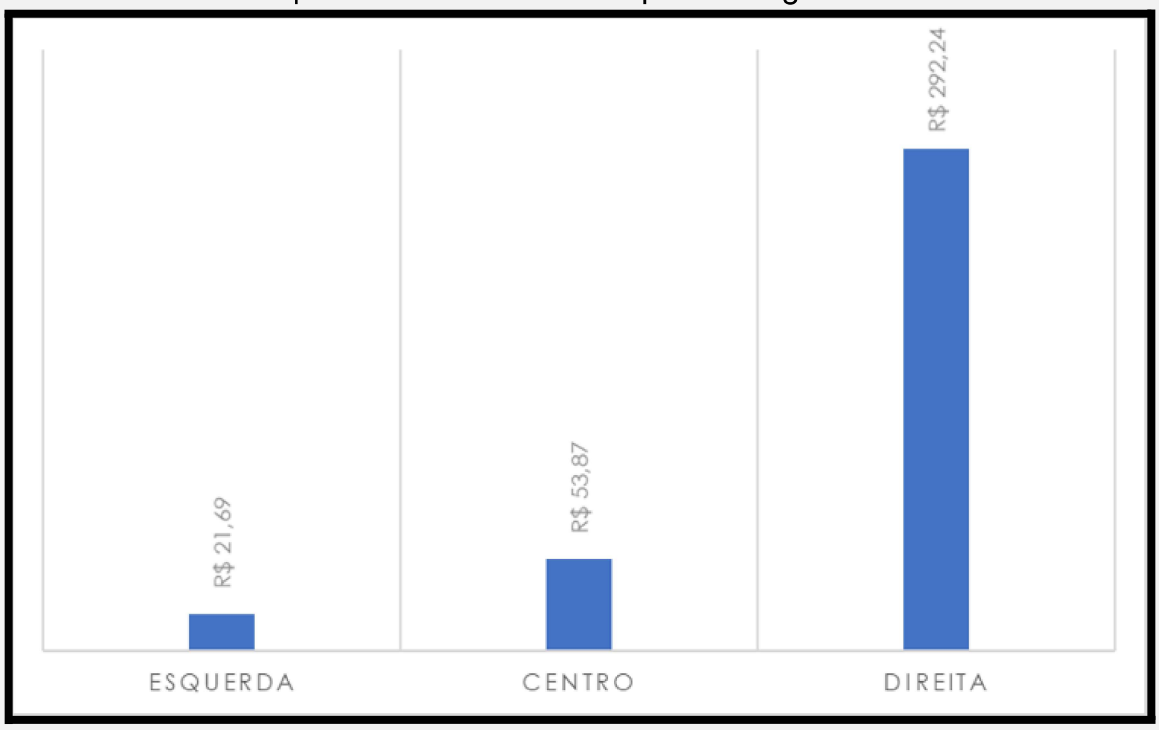


Por meio do teste de Kruskal-Wallis foi possível verificar diferença entre os grupos [X^2 (2) = 6,912; p=0,03], com o centro apresentando maiores compras na área da educação. Assim, diferente do esperado, a Figura 5 demonstra que governos de esquerda realizaram investimentos irrisórios na educação, e que o valor investido pelos governantes de direita foi 3243% superior ao gasto dos governantes de esquerda. Esse achado contrasta com os resultados de Gomes et al. (2019), mas alinha-se com os da Sátyro (2013), que analisou os efeitos da ideologia política nos gastos na educação dos estados brasileiros entre 1987 e 2004, pois a autora refere que os gastos executados pelo Partido do Trabalhadores não apresentaram diferença significativa dos realizados pelos demais partidos. Além disso, chama atenção ao robusto investimento dos governadores do centro na educação. Por fim, ao realizar o teste de correlação de Tau-b de Kendall, não se identificou correlação

entre as compras na educação e o IDEB 2019, População em idade escolar e o PIB.

Para análise das compras públicas na segurança, verificou-se se existiam diferenças após ponderação pelo número de policiais civis e militares, e também se comparou a receita estadual e a população estadual estimada. Na Figura 6, apresentam-se os valores das compras públicas na área de segurança pública por cada policial, conforme a ideologia dos governadores.

Figura 6: Valores de compras na área de segurança per capita do número de policiais civis e militares por ideologias



Por meio do teste de Kruskal-Wallis foi possível verificar diferença entre os grupos [X^2 (2) = 4,821; p=0,09], com a direita apresentando maiores compras na área da segurança pública. Os dados da Figura 6 permitem concluir que os governantes de direita investiram 1.247% a mais que os governantes de esquerda nas compras públicas de enfrentamento à pandemia na área da segurança pública. O achado se encontra alinhado com a plataforma política dos governadores de direita para eleição de 2018, quando ancoraram seus discursos no combate à corrupção e ao crescimento da criminalidade (Azevedo Júnior, 2019). Ademais, não foi encontrada correlação

das compras na segurança pública com a população estimada e a receita estadual. Assim, infere-se que a ideologia partidária de direita esteve associada às compras públicas na segurança pública para enfrentamento da pandemia da Covid-19.

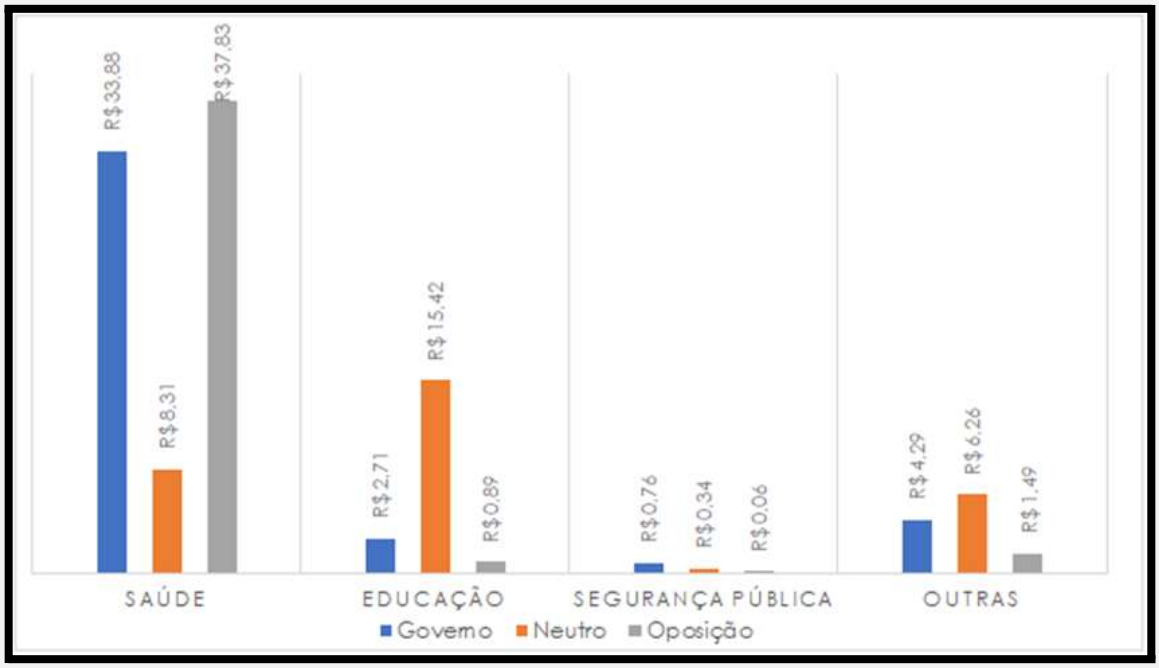
5.2. Alinhamento ao governo Bolsonaro e as compras públicas em resposta à Covid-19

O processo eleitoral de 2018 foi um marco para o jogo político nacional, sendo caracterizado por uma hiper campanha digital (Ituassu et al., 2019), bem como forte discurso a favor de pautas moralistas, contra a criminalidade e corrupção (Azevedo Júnior, 2019), o que culminou na alavancagem de votos a favor de Bolsonaro e que também refletiu nas eleições estaduais de diversos estados como Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná.

Ademais, o governo Bolsonaro foi marcado por uma ruptura com o federalismo cooperativo por meio de conflitos com atores e instituições, ausência de coordenação nas políticas públicas e um discurso negacionista que minimizava o risco da Covid-19 (Abrucio et al., 2020; Simoni Júnior; Lazzari & Fimiani, 2021; Vazquez & Schlegel, 2022).

Esse contexto demandou que fosse inserida uma nova camada de análise sobre as compras públicas. Ainda que houvesse uma sobreposição entre ideologia e alinhamento ao governo, alguns governadores de direita não apoiavam fortemente o governo, como os de Sergipe e Goiás; e alguns de centro fizeram oposição, como os de Alagoas, Pará, Paraíba e São Paulo. Assim, o alinhamento ou a oposição ao governo Bolsonaro podem ter relação com as decisões alocativas dos governadores nas áreas de políticas públicas. Desse modo, adotou-se, nesta análise, a tipologia de três categorias, segundo Gomes et al. (2023): alinhados ao governo, neutros e oposição. Assim, na Figura 7, indicam-se as compras públicas per capita em cada setor de políticas conforme a variável alinhamento.

Figura 7: Valores de compras na área de segurança per capita do número de policiais civis e militares por ideologias



A Figura 7 ilustra que as compras públicas *per capita* na saúde dos governadores oposicionistas (R$37,83) foram 12% maiores que as contratações dos governadores alinhados ao governo Bolsonaro (R$33,88). Diante do posicionamento negacionista quanto à Covid-19, era esperado que governadores de oposição apresentassem maior gasto de recursos na área. Além disso, chama atenção o baixo investimento na saúde pelos governadores do centro. Ao realizar o teste Kruskal-Wallis, encontrou-se diferença significativa entre as medianas das compras públicas na saúde entre governadores de oposição, neutros e alinhados a Bolsonaro [X^2 (2) = 4,922; p=0,08].

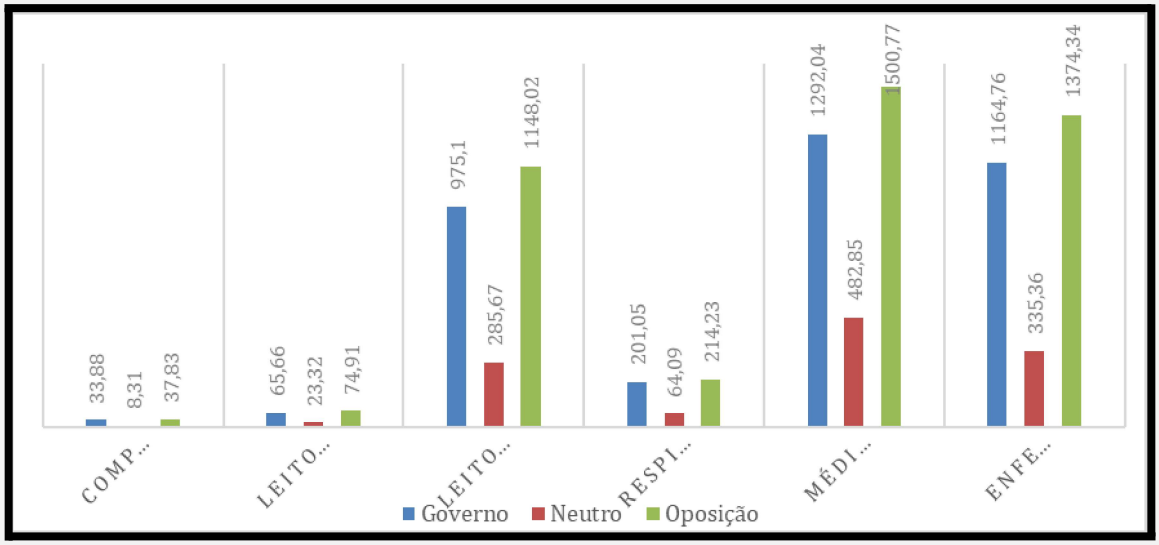
Na educação, a Figura 7 apresenta que as compras dos governantes neutros (R$15,42) se destacam por serem 17 vezes maiores que as dos governadores opositores (0,89) e 5,6 vezes superiores aos alinhados a Bolsonaro (R$2,71). Ao realizar o teste Kruskal-Wallys, detectou-se diferença significativa entre as medianas das compras públicas na educação entre governadores de oposição, neutros e alinhados a Bolsonaro [X^2 (2) = 5,686; p=0,05].

No que se refere à segurança pública, governadores alinhados a Bolsonaro (R$0,76) compraram 12 vezes mais que os opositores e apenas 2,2

vezes mais que os neutros (0,34). Este achado evidencia que o antagonismo do discurso político se insere na prática administrativa dos entes. Apesar disso, o teste Kruskal-Wallys não revelou diferença significativa [X^2 (2) = 3,877; p=0,14]. Portanto, salienta-se que houve diferenças, mas, talvez, devido ao baixo N, não foi possível ter segurança quanto à não aleatoriedade dessas diferenças (ou quanto ao fato de serem diferenças sistemáticas).

Também precisou-se analisar os dados em conjunto com outros possíveis fatores explicativos. Dessa forma, para analisar as compras públicas da saúde, agregou-se a capacidade instalada à disposição dos governantes conforme seu posicionamento político perante Bolsonaro.

Figura 8: Compras públicas per capita conforme posição do governador estadual perante Bolsonaro e capacidade instalada por 100 mil habitantes

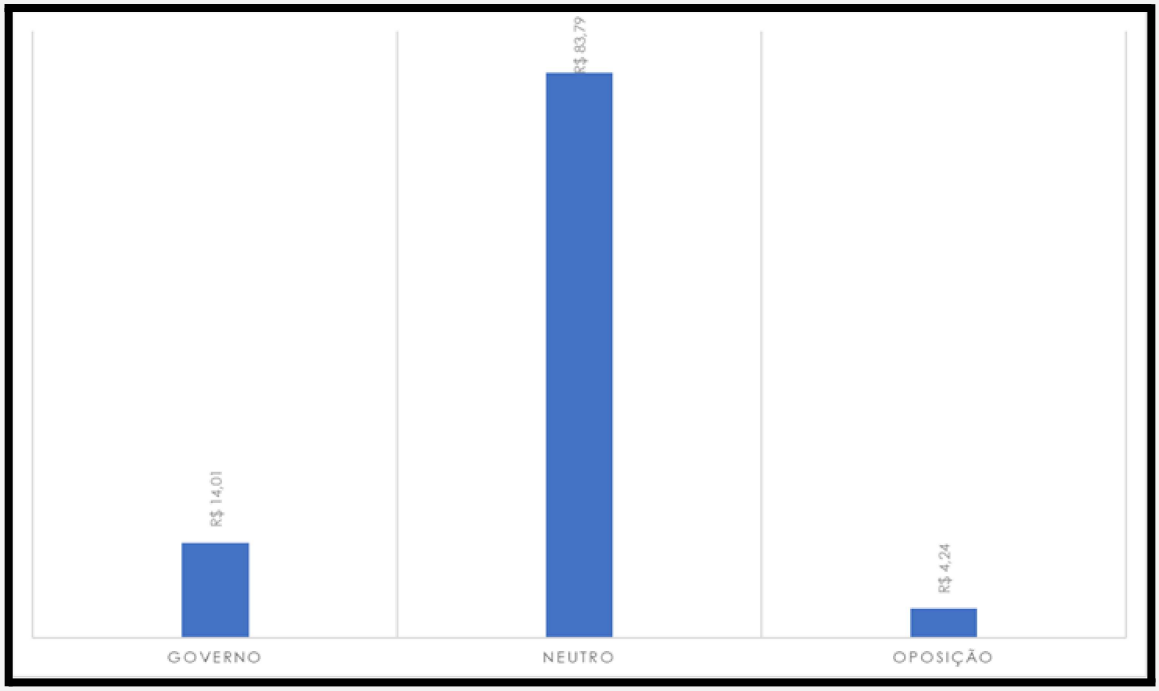


Na seção anterior, por meio da Tabela 1, constatou-se que havia correlação negativa, moderada e significativa para compras em saúde e quantidade de médicos (t= -0,428**); e que a correlação era negativa, fraca e significativa em compras na saúde e quantidade de leitos de UTI SUS (t = -0,286*). Entretanto, quando se agregou por posicionamento político, os resultados obtidos são aqueles elencados na Figura 8; por conseguinte, percebeu-se que a quantidade de leitos, respiradores, médicos e enfermeiros apresentava uma leve vantagem para a oposição, e, principalmente, que os governantes neutros, os que menos gastaram com saúde, dispunham de

menores capacidades de resposta do SUS. Dessa forma, a direção da associação é semelhante à análise feita supra com a ideologia partidária.

Para analisar as compras públicas na educação, ponderou-se o dado por população em idade escolar. Assim, ilustra a Figura 9.

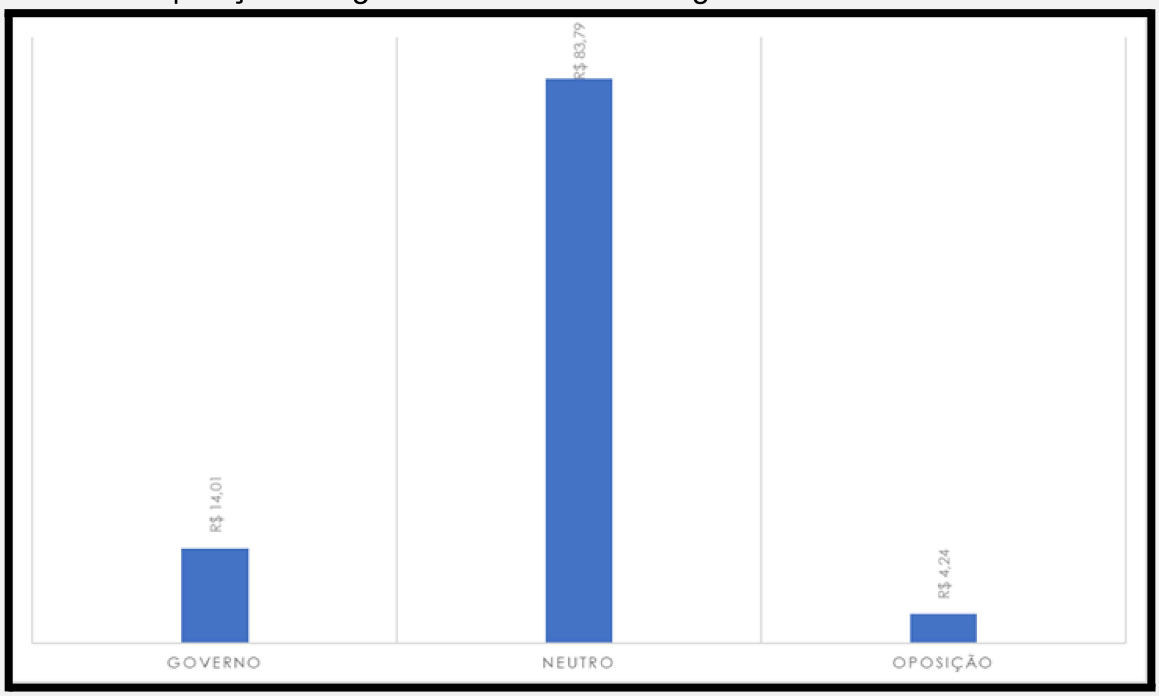
Figura 9: Valores das compras públicas per capita da população em idade escolar por posicionamento frente ao governo Bolsonaro



A Figura 9 revela dados que chamam atenção para o volume de investimento na educação dos governadores neutros a Bolsonaro. A partir da Figura 9, constata-se que governadores alinhados a Bolsonaro gastaram *per capita* 230% a mais que governadores de oposição na área. Trata-se de um resultado não esperado e que demonstra que não há uma perfeita sinergia entre o posicionamento político de defesa da educação pública e os investimentos na área pelos governadores opositores, bem como também não há perfeita congruência entre governadores bolsonaristas e o discurso que o bolsonarismo atua para o desmonte na educação pública, podendo existir divergência entre os debates políticos e as ações administrativas propriamente ditas.

Quanto à segurança pública, o elemento de ponderação foi a soma de policiais civis e militares comandados por governantes alinhados, neutros e opositores a Bolsonaro. Dessa forma, a Figura 10 apresenta os valores das compras públicas na área de segurança pública por cada policial conforme o posicionamento dos governadores.

Figura 10: Valores das compras públicas per capita por policial conforme posição dos governadores frente ao governo Bolsonaro



A Figura 10 evidencia o forte viés dos governadores alinhados ao governo em investir na segurança pública. Quando comparados os valores, detectou-se que governados alinhados ao governo investiram 1216% a mais na segurança pública que governadores oposicionistas. Os resultados indicam harmonia entre o discurso de combate à criminalidade (Azevedo Júnior, 2019) e a prática administrativa nas compras públicas dos governadores eleitos com base na plataforma bolsonarista. Além disso, não foi encontrada correlação das compras na segurança pública com a população estimada ou a receita estadual. Dessa forma, infere-se que o alinhamento político ao governo Bolsonaro parece ter-se associado às compras públicas na segurança pública para enfrentamento da pandemia da Covid-19.

6. CONCLUSÕES

Este trabalho buscou analisar se a ideologia partidária dos governadores e o posicionamento político dos governos estaduais em relação ao presidente Bolsonaro estiveram associados a diferenças nas escolhas de compras públicas realizadas para o enfrentamento da pandemia da Covid-19. A partir do contexto político do federalismo bolsonarista, caracterizado por alinhamentos e disputas entre o governo federal e os entes subnacionais, investigou-se se essas clivagens políticas se refletiram nas prioridades de alocação de recursos e nos padrões de compras públicas adotados pelos estados brasileiros.

Constatou-se que expressiva heterogeneidade na magnitude dos valores gastos por meio de compras públicas dentro das políticas públicas setoriais. Como esperado em uma pandemia, os governadores estaduais alocaram a maior parcela de recursos na área da saúde. Por outro lado, contrariando a teoria partidária, identificou-se que a ideologia não esteve associada às compras públicas na saúde, sendo a menor capacidade de resposta no SUS um possível fator explicativo para o maior volume de recursos gastos por meio de compras públicas na área, quando se comparou esquerda e direita. Entretanto as compras reduzidas na saúde dos governadores do centro, mesmo com a menor capacidade prévia instalada, indicam a existência de possíveis outros fatores explicativos. Por sua vez, a clivagem de posicionamento a Bolsonaro foi identificada como elemento associado ao volume de compras públicas na saúde, pois, embora os governantes de oposição estivessem dotados de maior capacidade instalada prévia, foram eles os maiores compradores públicos.

Na educação, as compras públicas apresentaram comportamento heterogêneo entre os estados, com concentração dos investimentos em um conjunto restrito de governos estaduais. Esse padrão sugere diferenças nas prioridades e estratégias adotadas pelos entes subnacionais para enfrentar os desafios educacionais decorrentes da pandemia, especialmente aqueles relacionados à exclusão digital. Além disso, diferentemente do esperado, observou-se que os governadores de centro realizaram os maiores

investimentos na área, enquanto os governadores de direita superaram os de esquerda em volume de compras. No que se refere ao posicionamento político em relação ao governo federal, os governadores classificados como neutros a Bolsonaro foram os que mais investiram na educação, seguidos pelos governadores alinhados ao presidente.

No que tange à segurança pública, os resultados mostraram que a ideologia partidária esteve associada aos gastos na segurança pública. Governadores de direita realizaram compras públicas exponencialmente superiores aos de esquerda na área. Isso pode ser interpretado como uma transcendência do antagonismo político da campanha de 2018 para ações governamentais propriamente ditas. Além disso, os resultados indicaram que o alinhamento dos governadores perante Bolsonaro estava associado às compras públicas na segurança, bem como se constatou que governantes alinhados ao presidente realizaram compras superiores na segurança que os governantes de esquerda.

A síntese dos resultados sugere associações heterogêneas e, em alguns casos, limitadas entre as clivagens políticas analisadas e as escolhas de compras públicas realizadas pelos estados durante a pandemia.Embora tenham sido observadas diferenças descritivas entre grupos ideológicos e de posicionamento político, parte dessas diferenças não alcançou os níveis convencionais de significância estatística. Tal resultado é teoricamente relevante, pois sugere que, em contextos de crise sanitária de elevada magnitude, as clivagens partidárias podem perder parte de sua capacidade explicativa, cedendo espaço para fatores relacionados às capacidades estatais prévias, às características setoriais das políticas públicas e às condições específicas enfrentadas pelos governos estaduais.

Entre as limitações da pesquisa, destaca-se que o reduzido número de unidades de análise e a concentração das contratações governamentais no contexto excepcional da pandemia limitaram a adoção de modelos estatísticos mais complexos e a exploração de relações multivariadas. Além disso, o desenho transversal adotado permitiu identificar associações entre orientação

ideológica, posicionamento político dos governadores e padrões de compras públicas, mas não possibilitou analisar a evolução dessas relações ao longo do tempo. Nesse sentido, pesquisas futuras poderão ampliar a compreensão do fenômeno mediante desenhos longitudinais, explorando diferentes fases da pandemia e incorporando unidades de análise adicionais, como os municípios brasileiros.

REFERÊNCIAS

Abrucio, F., Grin, E., Franzese, C., Segatto, C., & Couto, C. (2020). Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: Um caso de descoordenação intergovernamental. *Revista Brasileira de Administração Pública*, 54(4), 663-677. doi: https://doi.org/10.1590/0034-761220200354.

Azevedo Junior, A. (2019). Partidos tíbios, caciques fortes e pressão pública via redes sociais. In: PIMENTEL, P. C.; TESSEROLI, R. (Org.). *O Brasil vai às urnas: as campanhas eleitorais para presidente na TV e internet* (pp. 108-126). Londrina: Syntagma Editores.

Batista, C. (2008). Partidos políticos, ideologia e política social na América Latina: 1980-1999. *Dados*, 51, 647-686. doi: https://doi.org/10.1590/S0011-52582008000300004

Bennouna, C., Giraudy, A., Moncada, E., Rios, E., Snyder, R., & Testa, P. (2021). Pandemic Policymaking in Presidential Federations: Explaining Subnational Responses to Covid-19 in Brazil, Mexico, and the United States. *Publius*, pjab025. DOI: https://doi.org/10.1093/publius/pjab025

Bolognesi, B.; Ribeiro, E.; Codato, A. (2023). Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. *DADOS*, v. 66, n. 2, p. 1-29, 2023. DOI: 10.1590/dados.2023.66.2.303e

Boix, C. (1998). *Political Parties, Growth and Equality*. Cambridge: Cambridge University Press.

Caponi, S.; Brzozowski, F.; Hellmann, F.; Bittencourt, S.(2021). O uso político da cloroquina: COVID-19, negacionismo e neoliberalismo. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 9, p. 78-102. DOI: https://doi.org/10.20336/rbs.774

Comisión Europea (2020). *Comunicación de la Comisión. Orientaciones de la Comisión Europea sobre el uso del marco de contratación pública en la situación de emergencia relacionada con la crisis del COVID-19*. Recuperado de https://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020XC0401(05)&from=EN.

Controladoria Geral da União (2020). *Painel gerencial "Contratações Relacionadas à Covid-19"*. Recuperado de https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/07/cgu-lanca-painel-para-dar-transparencia-a-contratacoes-relacionadas-a-covid-19.

Paiva, C., Torrezan, R., & de Paiva, S. (2022). O federalismo cooperativo em obstrução: Fissuras intergovernamentais da pandemia. *Cadernos Gestão Pública E Cidadania*, 27(87), 1–18. DOI: https://doi.org/10.12660/cgpc.v27n87.83857

Duarte, A; César, M. (2021). Negação da política e negacionismo como política: pandemia e democracia. *Educação & Realidade*, v. 45. DOI: https://doi.org/10.1590/2175-6236109146

Dunn, C. (2022). Subnational politics and redistribution in a federal system: Determinants of progressive social spending in Brazilian states. Publius: *The Journal of Federalism*, v. 52, ed. 2, p. 283-309. DOI: https://doi.org/10.1093/publius/pjab030.

Fleury, S. (2021). Políticas de Isolamento na Pandemia: Confrontação Federativa, Disputas Discursivas e Consequências Político-Sanitárias. *In*: SANTOS, A. de O.; LOPES, L. T. (Org.). *Principais Elementos* (v. 1, pp. 110-125). Brasília: CONASS. Recuperado de: https://www.rets.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/biblioteca/covid-19-volume1.pdf.

Franzese. C. (2010). *Federalismo cooperativo no Brasil: da Constituição de 1988 aos sistemas de políticas públicas*. (Tese de Doutorado) Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, Brasil. Recuperado de https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8219

Gerigk, W. ; Codato, A (2020). Elites políticas, ideologia e gasto público nas pequenas cidades brasileiras. *Pesquisa e planejamento econômico*, v. 50, p. 11-33.

Gomes, S., Santana, L., Bragatte, M. Silame, T. (2023). Governos estaduais e padrões decisórios no enfrentamento da Covid-19. In: PALOTTI, P.; LICIO, E.; GOMES, S.; SEGATTO, C.; SILVA, A.; (Org). *E os estados? Federalismo, relações intergovernamentais e políticas públicas no Brasil Contemporâneo* (v.1, p. 677-709).Rio de Janeiro: IPEA. DOI: http://dx.doi.org/10.38116/9786556350509cap23

Gomes, S.; Silva, A. L. N.; Costa, F. (2019). Governos partidários e políticas educacionais no Brasil do século XXI: a eficácia da democracia. In: ARRETCHE, M.; MARQUES, E.; FARIA, C. A. P. (Org.). *As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT*. São Paulo: Editora UNESP. p. 250-278.

Grin, E. (2019). Federalismo, governança e cooperação intermunicipal no Brasil avanços e desafios na trajetória recente. In: CARNEIRO, J. M. B.; BRITO, E. dos S. (Org.). *Consórcios intermunicipais e políticas públicas regionais. São Paulo*: Oficina Municipal Konrad Ade neuer Stiftung, p. 37-55.

Grin, E (2021). O verso e o reverso da cooperação federativa e da difusão vertical de políticas para promover capacidade estatal nos municípios brasileiros. *Administração pública e gestão social* v.13, n.2 pp. 1-24. DOI: https://doi.org/10.21118/apgs.v13i2.9686

Hibbs, D. (1992). Partisan theory after fifteen years. *European Journal of Political Economy*, v. 8, n. 3, p. 361-373.

Ituassu, A.; Lifschitz, S. ; Capone, L. ; Mannheimer, V. (2019). Campanhas online e democracia: as mídias digitais nas eleições de 2016 nos Estados Unidos e 2018 no Brasil. In: PIMENTEL, P. C.; TESSEROLI, R. (Org.). *O Brasil vai às urnas: as campanhas eleitorais para presidente na TV e internet*. Londrina: Syntagma. v. 1, p. 15-49.

Knaul, F. et al. (2021). Punt Politics as Failure of Health System Stewardship: Evidence from the COVID-19 Pandemic Response in Brazil and Mexico. *The Lancet Regional Health - Americas*, v. 4. DOI: https://doi.org/10.1016/j.lana.2021.100086

Kellstedt, P., Whitten, G. (2015). *Fundamentos da pesquisa em ciência política*. Tradução: Lorena Barberia, Patrick Cunha, Gilmar Masiero. São Paulo: Blucher.

Leandro, J. (2020). Federalismo e Políticas Públicas: um estudo sobre os determinantes dos gastos estaduais na política de assistência social no Brasil (2004-2014). *Política Hoje*. v. 29, p. 216-233.

Maitino, M. E. (2018). "Direita, sem vergonha": conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro. *Plural*, v. 25, p. 111-134.

Niebuhr, J. M. (2020). *Regime emergencial de contratação pública para o enfrentamento à pandemia de COVID-19*. Belo Horizonte: Fórum.

O'Leary, Z. (2019). *Como fazer seu projeto de pesquisa*. Tradução: Ricardo, A. Petrópolis, RJ: Vozes.

Pereira, A., Oliveira, M.; Sampaio, T. (2020). Heterogeneidades das políticas estaduais de distanciamento social diante da COVID-19: aspectos políticos e técnico-administrativos. *Revista de Administração Pública*, 54, pp. 678-696, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-761220200323

Power, T. (2000). *The political right in post authoritarian Brazil: elites, institutions, and democratization*. University Park: Penn State Press.

Ramos, M. (2014). *Pesquisa social: abordagem quantitativa com uso do SPSS*. Porto Alegre: Escritos.

Ramos, G. et al. (2020). Orientação política e apoio ao isolamento social durante a pandemia da COVID-19: evidências do Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 54, p. 697-713. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-761220200162

Santana, L.; Perez, O. (Org.). *Parceria Nexo/ABCP: Como os governos estaduais lidam com a pandemia*. 10 de maio de 2020. (I Série especial) https://www.nexojornal.com.br/especial/2020/05/10/Como-os-governosestaduais-lidam-com-a-pandemia.

Santos, I.; Gontijo, J.; Geraldo; Amaral, E. (2015). A política de segurança pública no Brasil: uma análise dos gastos estaduais (1999-2010). *Opinião Pública*, v. 21, p. 105-131.

Sátyro, N. (2008). *Política e Instituições e a Dinâmica das Políticas Sociais nos Estados Brasileiros: Uma Análise após a Redemocratização*. 2008. Fl. 181. [Tese de Doutorado]. IUPERJ/UCAM, Rio de Janeiro, 2008.

Schaefer, B., Resende, R., Epitácio, S., Aleixo, M. (2020). Government actions against the new coronavirus: evidence from the Brazilian states. *Revista de Administração Pública*, 54(5), p. 1429-1445. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-761220200503x

Scheefer. F.; Faveri, D.; Silva Junior, E. (2020). A influência das ideologias partidárias nos gastos públicos em assistência social nas capitais brasileiras. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 25, n. 80. DOI: https://doi.org/10.12660/cgpc.v25n80.78480

Simoni Junior, S.; Lazzari, E.; Fimiani, H. (2022). Federalismo fiscal na pandemia da Covid-19: Do federalismo cooperativo ao bolsonarista. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 27, n. 87, p. 1–20. DOI: 10.12660/cgpc.v27n87.83872.

Souza, C. (2019). Coordenação, uniformidade e autonomia na formulação de políticas públicas: experiências federativas no cenário internacional e nacional. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(2), p. 2-14. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-311X00046818

Thorstensen, V. C., Giesteira, L. F. C., Faria, A. P. R. D. O., Ribeiro, C. G., Inácio Júnior, E., & Araújo Júnior, I. T. D. (2021). *Cadernos Brasil na OCDE. Compras Públicas*. DOI: http://dx.doi.org/10.38116/cbocdecp/compraspublicas.

Vazquez, D.; Schlegel, R. (2022). Covid-19, Fundeb e o populismo do governo Bolsonaro nas relações federativas. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 38, p. 1-32. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.38.255785.